



MUNICÍPIO DE CONSTÂNCIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Ata N.º 01/2022

Data da Sessão Ordinária

25 de fevereiro de 2022

Início

20:30 horas

Termo

00:15 horas

Aos vinte e cinco dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e dois, pelas vinte horas e trinta minutos, no Auditório do Centro Ciência Viva de Constância, Freguesia e Concelho de Constância, reuniu Ordinariamente a Assembleia Municipal de Constância, a qual foi convocada por Edital com o número de registo vinte e nove, de catorze de fevereiro de dois mil e vinte e dois.-----

Nesta sessão estiveram os seguintes Deputados Municipais: António Luís Fernandes Mendes, Júlia Maria Gonçalves de Amorim, Isabel Maria Farinha Albino da Costa, Natércio Francisco Canelhas Candeias, Joaquim José Moura Marques dos Santos, Carla Alexandra Pereira Silvério, Carlos José Pancadares de Sousa Lopes, Carmen Dolores Gomes da Silva, Filipa Alexandra Rosa Amante Ferreira, Luís Manuel Marques Rodrigues, Maria do Rosário Costa Martins, António João Samarra Pereira e Pedro Miguel Pedro Caxias. Estiveram igualmente presentes os seguintes Presidentes de Junta de Freguesia; Ana Luísa Cartaxo Manique, José Manuel Ricardo e Paulo Gameiro Sena Freitas.-----

Faltaram a esta Sessão as Senhoras Deputadas Municipais; Maria Teresa Braz de Matos Gaspar e Vanessa Isabel Nascimento Almeida, tendo apresentado justificação.-----

A Câmara Municipal esteve representada pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, Sérgio Miguel Santos Pereira de Oliveira, pela Senhora Vereadora Maria Helena Soares Roxo, pela Senhora Vereadora Maria Manuela de Oliveira Arsénio e pelos Senhores Vereadores Pedro José Lopes Pereira e Alexandre Emanuel Ramos Marques.-----

Também estiveram presentes para prestar os esclarecimentos técnicos que porventura fossem necessários, a Senhora Marisa Figueiredo, Chefe da Divisão Municipal Administrativa e Financeira, o Senhor Jorge Heitor, Chefe da Divisão Municipal de Serviços Técnicos e o Senhor Daniel Oliveira, Técnico de Informática, no apoio logístico à Assembleia Municipal, ambos funcionários da Autarquia.-----

Uma vez que a Senhora Deputada Municipal Maria Teresa Braz de Matos Gaspar, Segunda Secretária, não esteve presente, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal convidou a Senhora Deputada Municipal Filipa Alexandra Rosa Amante Ferreira, para ocupar o lugar de Segunda Secretária.-----

A Mesa da Assembleia Municipal que assegurou a condução dos trabalhos foi constituída da seguinte forma: - Presidente – António Luís Fernandes Mendes, Primeira Secretária – Carla Alexandra Pereira Silvério, Segunda Secretária - Filipa Alexandra Rosa Amante Ferreira.-----

Verificando-se a existência de quórum o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal declarou aberta a sessão, iniciando os trabalhos com o período Antes da Ordem do Dia.-----

-----**PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a conhecer o expediente recebido entre o dia vinte e oito de dezembro de dois mil e vinte e um e o dia vinte e cinco de fevereiro de dois mil e vinte e dois.-----

o Senhor Presidente da Assembleia Municipal apresentou a Ata número seis, da sessão extraordinária de dezassete de dezembro de dois mil e vinte e um, para análise e aprovação.-----

Foram sugeridas pelas diferentes Bancadas algumas pequenas correções, que foram aceites pela Mesa da Assembleia Municipal, e colocada a mesma a votação. -----

A Ata número seis, de dezassete de dezembro de dois mil e vinte e um, foi aprovada por maioria, com uma abstenção do Senhor Deputado Municipal Joaquim José Moura Marques dos Santos, da Bancada da CDU - Coligação Democrática Unitária.-----

A Senhora Deputada Municipal Júlia Maria Gonçalves Lopes de Amorim, da CDU - Coligação Democrática Unitária, solicitou a palavra referindo que tinha uma Moção para apresentar, cujo assunto tinha a ver com o alargamento do horário de atendimento do serviço de Tesouraria da Caixa Geral de Depósitos de Constância (**Anexo I**).-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou esta Moção a votação para aceitação e discussão, sendo aceite por unanimidade.-----

Não havendo qualquer intervenção para esta Moção, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou-a a votação, sendo aprovada por maioria, com cinco abstenções da Bancada do Partido Socialista: Senhora Isabel Maria Farinha Albino da Costa; Senhor Natércio Francisco Canelhas Candeias; Senhor Carlos José Pancadares de Sousa Lopes; Senhora Filipa Alexandra Rosa Amante Ferreira e Senhor José Manuel Ricardo, Presidente da Junta de Freguesia de Santa Margarida da Coutada.-----

Solicitou a palavra a Senhora Deputada Municipal, Isabel Maria Farinha Albino da Costa, do Partido Socialista, para apresentar um Voto de Apreço e Reconhecimento (**Anexo II**).--

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou o presente Voto de Apreço e Reconhecimento, para aceitação e discussão. -----

O Voto de Apreço e Reconhecimento, foi aprovado por unanimidade para aceitação e discussão.-----

Pediu a palavra a Senhora Deputada Municipal Júlia Maria Gonçalves Lopes de Amorim, da CDU - Coligação Democrática Unitária, referindo rever-se quase na totalidade do texto apresentado no Voto de Apreço e Reconhecimento. Em sua opinião, deveria ser mais abrangente dando para o efeito alguns exemplos, incluídos no texto final.-----

Não havendo mais intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o Voto de Apreço e Reconhecimento a votação, sendo aprovado por unanimidade.-----

Handwritten signature and initials

Pediu a palavra o Senhor Deputado Municipal António João Samarra Pereira, da CDU - Coligação Democrática Unitária, referindo que pretendia apresentar um Requerimento à Assembleia (**Anexo III**).-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal respondeu ao Senhor Deputado Municipal António João Samarra Pereira, da CDU – Coligação Democrática Unitária, dizendo que não possuía nem tinha conhecimento desse Estudo Prévio, mas, tentaria solicitá-lo se porventura existisse e estivesse disponível.-----

Pediu a palavra o Senhor Deputado Municipal Carlos José Pancadares de Sousa Lopes, do Partido Socialista, para apresentar uma Recomendação, sobre a Gestão Integral e Sustentável da Água (**Anexo IV**). -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou a Recomendação a votação para aceitação e discussão, sendo aprovada por unanimidade. -----

Neste período de discussão, pediu a palavra a Senhora Deputada Municipal Júlia Maria Gonçalves Lopes de Amorim, da CDU - Coligação Democrática Unitária, referindo que mesmo não conhecendo a opinião dos seus camaradas de Bancada, estava totalmente de acordo com a Recomendação ao executivo camarário na pessoa do Senhor Presidente da Câmara Municipal, com vista a minimizar o efeito da presente seca, no entanto, estas formas de mitigação já deveriam ter sido adotadas no país há muito tempo e, não era por falta de propostas de medidas apresentadas a nível nacional, concretamente no parlamento.-----

A sua única dúvida, não no sentido de não ter a certeza, era a questão da fiscalização! Como e com que meios, as Câmaras Municipais e restantes entidades iriam exercer a fiscalização? Tratando-se de recomendações no sentido de mitigar o problema, a Bancada da CDU - Coligação Democrática Unitária iria votar favoravelmente.-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou a Recomendação a Votação, sendo aprovada por unanimidade.-----

Pediu a palavra o Senhor Deputado Municipal Joaquim José Moura Marques dos Santos, da CDU - Coligação Democrática Unitária, referindo que o assunto/preocupação que pretendia apresentar, dizia respeito à construção da ponte sobre o Tejo na zona de Constância. No folheto do Programa Eleitoral do Partido Socialista, existia um ponto defendendo a concretização dos projetos regionais; conclusão do IC3 e nova travessia do Tejo. A pergunta que fazia ao Senhor Presidente da Câmara Municipal era; se tinha alguma informação adicional sobre a construção da ponte, e se ainda acreditava ser possível a construção da mesma na zona de Constância?-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal.-----

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara Municipal para responder ao Senhor Deputado Municipal, Joaquim José Moura Marques dos Santos, da CDU - Coligação Democrática Unitária, referindo que o programa do Partido Socialista do seu conhecimento, referente às últimas eleições legislativas, do passado mês de janeiro, assim como, o Plano Nacional de Investimentos, o que referiam era a conclusão do IC9 e, construção de uma nova travessia sobre o Tejo entre Constância e Abrantes. Ninguém naquela data sabia se a ponte era mais à esquerda ou mais à direita. Aquilo que o Presidente da Câmara Municipal continuaria a fazer, era lutar para que este constrangimento fosse eliminado e continuaria a fazer o seu papel intransigente da eliminação daquela barreira.-----

Pediu a palavra a Senhora Deputada Municipal Júlia Maria Gonçalves Lopes de Amorim, da CDU - Coligação Democrática Unitária, para clarificar o assunto apresentado pelo Senhor Deputado Municipal Joaquim José Moura Marques dos Santos, da CDU - Coligação Democrática Unitária, referindo que em termos pragmáticos, o Partido Socialista defendia a concretização dos projetos regionais; conclusão do IC3 e a ponte da Chamusca, passando logo para a reabilitação da ponte Rainha D. Amélia, não falando mais em travessias sobre o Tejo. Era isto que pretendiam clarificar. -----

Tomou novamente a palavra o Senhor Presidente da Câmara Municipal referindo-se ao documento e à referência que fazia ao IC9, não estando referida a sua localização.-----

Em relação ao IC3/ nova travessia sobre o Tejo, era outro assunto e independente. Não era por ser do partido do governo que deixava de defender os interesses do concelho, e assim continuaria a sua postura, fosse o governo que fosse.-----

Pediu a palavra o Senhor Deputado Municipal Natércio Francisco Canelhas Candeias, do Partido Socialista, para se referir à invasão da Ucrânia pela Rússia e ao conflito de guerra, um termo que todos gostariam de ler em relato de livro e não em evidência real. Era impossível ficar em silêncio perante a situação extremamente gravosa para a humanidade, violando todos os princípios da diplomacia, todos os princípios daquilo que é democrático, merecendo uma grande reflexão e ponderação em cada um de nós como humanos. Por vezes em pequenas coisas perdia-se imenso tempo, e em coisas de demasiada importância, ficavam sorrateiros, quietinhos e com algum medo. Aproveitava esta Sessão da Assembleia Municipal, para tentar sensibilizar para a realidade de uma situação de guerra, da invasão dum País, que estava a acontecer naquele momento, violando tudo o que era o princípio da solidariedade de um regime democrático. Naquela hora, naquele minuto e naquele segundo, crianças, velhos, combatentes e idosos estavam a ser massacrados. Atitudes que tinham que ser repugnadas e, esta sua intervenção nesta assembleia tinha esse significado, repugnar, apresentando um Voto de Solidariedade subscrito por toda a Bancada do Partido Socialista (**Anexo V**).-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou este Voto de Solidariedade a votação para aceitação e discussão, sendo o mesmo aprovado por unanimidade.-----

Pediu a palavra a Senhora Deputada Municipal Júlia Maria Gonçalves Lopes de Amorim, da CDU – Coligação Democrática Unitária, referindo que a sua Bancada estava de acordo e solidários com as populações dos países que estavam a sofrer. Este era um assunto mediático, mas também noutros pontos do mundo estavam a acontecer situações graves em que morriam crianças e idosos. O que o Senhor Deputado Municipal Natércio Francisco Canelhas Candeias, do Partido Socialista trazia a esta Assembleia Municipal, era um conflito armado que inundava a comunicação social, envolvendo cenários que não eram totalmente claros. Lamentava a forma de exposição apresentada focando apenas dois aspetos; no primeiro, a questão relacionada com a solidariedade do povo que sofre, a outra, com questões relacionadas com a invasão, se assim se podia dizer, da Rússia à Ucrânia, descorando ou desconhecendo todos os contornos existentes.-----

Quando os Estados Unidos tinham invadido o Iraque, não tinha visto ninguém trazer à Assembleia Municipal esse assunto! Provando-se mais tarde que afinal as armas de destruição maciça não existiam. Tinha muitas dúvidas se a Assembleia Municipal era o espaço próprio para condenar países, quando em sua opinião, ninguém nesta Assembleia Municipal teria conhecimentos concretos do porquê do que estava a acontecer. Se havia um país mau e um país bom, onde é que entravam os Estados Unidos e a União Europeia? Não queria com isto dizer que a Rússia estava a fazer bem! Como não tinham uma opinião formada sobre o voto, solicitou cinco minutos para reunião com a Bancada. -----

Solicitou a palavra a Senhora Deputada Municipal Isabel Maria Farinha Albino da Costa, do Partido Socialista, referido que antes do intervalo solicitado pela Senhora Deputada Municipal Júlia Maria Gonçalves Lopes de Amorim, da CDU – Coligação Democrática Unitária, pretendia responder à intervenção desta.-----

No uso da palavra, começou por referir que o que a Bancada do Partido Socialista pretendia, era apenas apresentar um Voto de Solidariedade, condenando a agressão militar da Rússia para com a Ucrânia. O referido pela Senhora Deputada Municipal Júlia Maria Gonçalves Lopes de Amorim, da CDU – Coligação Democrática Unitária, sobre o passado, também poderia englobar a primeira e a segunda guerra mundial e o tempo da guerra fria. O Partido Socialista estava a falar sobre um facto que era recente, a Ucrânia, um país soberano, livre com um governo democraticamente eleito, não havendo nada que justificasse a um governo de um outro país invadi-lo. Ninguém se tinha referido a um país mau e a um país bom. Não pretendia criticar o povo russo, tanto que, o povo russo naquele mesmo dia, tinha vindo para a rua solidarizar-se com o povo ucraniano, condenando a atuação do seu governo. A apresentação do Voto de Solidariedade, era apenas referente



a um facto que toda a gente condenava. Num governo democraticamente eleito, havia um povo que, estando no seu país, livre e soberano, sofria um ataque militar, uma invasão, com todas as consequências para aquela comunidade, para a Europa e para o Mundo. O que o Voto de Solidariedade representava, era a condenação de, em pleno século vinte e um, a atitude que o governo russo tinha decidido tomar.-----

Passados os cinco minutos concedidos à Bancada da CDU – Coligação Democrática Unitária, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou a votação o Voto de Solidariedade apresentado pela Bancada do Partido Socialista, obtendo a seguinte votação: aprovado por maioria, com onze votos a favor da Bancada do Partido Socialista e cinco abstenções da Bancada da CDU – Coligação Democrática Unitária; Senhora Júlia Maria Gonçalves Lopes de Amorim, Senhor Joaquim José Moura Marques dos Santos; Senhora Carmen Dolores Gomes da Silva, Senhora Maria do Rosário Costa Martins e Senhor António João Samarra Pereira.-----

A CDU – Coligação Democrática Unitária apresentou uma Declaração de Voto (**Anexo VI**). Antes de entrar no Período da Ordem do dia, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal informou os Senhores Deputados Municipais que pretendia introduzir um novo ponto na Ordem de Trabalhos, com o título; **Alargamento do prazo máximo para a concretização da transferência de competências no domínio da Ação Social**, solicitando ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para justificar a pertinência desta inclusão.-----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por referir que a explicação era simples; o município tinha tudo preparado para aceitar a transferência de competências na área da Ação Social a partir do mês de abril, data inicialmente prevista. Apesar da prorrogação Legislativa que o Governo tinha feito aprovar, há pouco tempo, na Assembleia da República, que tinha estendido o prazo até janeiro do próximo ano. Na semana passada, tinha ocorrido uma reunião com técnicos da Segurança Social, relativa a um conjunto de processos referentes à Ação Social e, devido a um conjunto de indefinições, o executivo tinha decidido adiar o prazo para aquela assunção de competências.-----

Também os municípios vizinhos tinham feito o mesmo. Até uma melhor clarificação, era prudente adiar a aceitação das transferências para o próximo ano. Com o desenrolar dos acontecimentos naquela semana, não tinha sido possível introduzir o Ponto na Ordem de Trabalhos, e vinha agora a esta Assembleia Municipal para a eventual introdução do mesmo.-----

A introdução deste novo ponto na ordem de trabalho foi aprovado por unanimidade.-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal solicitou à Senhora Primeira Secretária para proceder à leitura do Edital que convocou a presente sessão, com a respetiva Ordem de Trabalhos.-----

-----**PERÍODO DA ORDEM DO DIA**-----

1. Período reservado à intervenção do público;-----
2. Petição “Pereira – Não queremos o mundo, apenas o básico”; -----
3. Designação pela Assembleia Municipal de um cidadão eleitor para a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Constância;-----
4. Adesão da Assembleia Municipal de Constância à Associação Nacional de Assembleias Municipais – Para deliberação;-----
5. Estratégia Local de Habitação 2021-2031 – Município de Constância – Para deliberação;-----
6. Contratação de fornecimento de eletricidade ao abrigo do Acordo-Quadro da CIMT – Autorização da abertura do procedimento – Para deliberação;-----
7. Apoio à Junta de Freguesia de Santa Margarida da Coutada – Realização de serviços fúnebres – Para deliberação;-----
8. Declarações LCPA (Lei dos compromissos e pagamentos em atraso) reportadas a 31/12/2021 – Para conhecimento;-----
9. Informação sobre a situação económica e financeira do 1º semestre de 2021 – Para conhecimento;-----
10. Transferência de Competências de âmbito municipal, em matéria de Ação Social para as Autarquias Locais ao abrigo do Decreto-Lei nº 55/2020 de 15 de agosto, na sua versão atual - Alargamento do prazo máximo para concretização da transferência de competências no domínio da Ação Social – Para deliberação;-----
11. Apreciação de Informação escrita apresentada pelo Presidente da Câmara Municipal, nos termos da alínea c) do nº 2 do art.º 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro – Para conhecimento;-----
12. Outros assuntos de interesse.-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou o Edital e a Ordem de Trabalhos a votação, tendo sido aprovado por unanimidade.-----

PONTO 1 - PERÍODO RESERVADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal questionou o público presente na sala se alguém pretendia fazer alguma intervenção. -----

Solicitou a palavra o Senhor Rui da Silva Pires, residente no Lugar da Pereira – Santa Margarida da Coutada, com o seguinte assunto: “Orçamento Municipal e suas opções”.---

O Senhor Rui da Silva Pires, referiu que esta sua intervenção tinha também a ver com a petição que seria discutida no ponto seguinte. Tinha observado que os documentos previsionais para o ano de dois mil e vinte e dois, nas opções previstas até final do mandato autárquico de dois mil e vinte e cinco, não contemplavam o saneamento básico da Pereira.

Não ficaria bem com a sua consciência se, estando aqui presente nesta reunião, agora novamente presencial, não dissesse o seguinte: “O mundo vive uma pandemia, enfrenta uma guerra às portas da Europa (em crescendo incalculável), os fenómenos ambientais extremos, associados, às alterações climáticas; fenómenos como, grandes e repentinas inundações, tornados, grandes amplitudes e desvios térmicos, incêndios, e agora a muito presente (e em pleno inverno) seca severa e extrema, com perspectiva da falta de água para muitas atividades, e o que é que se nota nas opções do município de Constância para os próximos anos: requalificação de avenidas, criação de novo museu, um jardim árabe, uma praia fluvial, trajetos de caminhos literários, rotas e percursos do Médio do Tejo e abertura de uma loja do cidadão. Sem desprimor, estas serão apostas adiáveis.-----
Enquanto cidadão atento e preocupado, pensava eu que deveríamos antes investir em termos de captação, racionalização do uso, reutilização e garantia da qualidade da água e arborização e ordenamento das linhas de água, reforço da proteção civil e conciliação com os bombeiros e forças militares e militarizadas do território, medidas de minimização dos riscos de incêndio, inundações e derrocadas, investimento/apoio à produção de energia e na sua eficiência, melhoria substancial dos serviços de saúde, melhoria da sinalética e da prevenção e segurança rodoviária, etc.-----
Pensava eu que a qualidade de vida dos residentes se sobreporia à imagem para captação de turismo e, que o foco central seria o apoio a diversos níveis a uma população idosa e aos mais desfavorecidos. -----
Posto isto, peço com o meu simples e humilde contributo em função da oportunidade concedida, que se reconsiderem algumas das opções ultimamente tidas como estratégicas, que se pense mais local e menos global e, se tomem medidas mais transversais, inclusivas e abrangentes e menos específicas e setoriais e, que se lute para que o Plano de Recuperação e Resiliência faça o que faz humanamente falta!”.-----
Tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara Municipal, agradecendo as questões apresentadas e, por terem sido tantas, provavelmente se iria esquecer de responder a algumas. O Senhor Rui da Silva Pires tinha falado num conjunto de questões, entre elas alguns investimentos, esquecendo-se de falar de um que estava no orçamento, e já em concurso público; a ligação da rede de esgotos da Vila de Constância à ETARI (Estação de Tratamento de Água Residual Industrial) do CAIMA, um investimento municipal que ultrapassava os duzentos mil euros. Tinha-se igualmente esquecido de referir que esse investimento estava previsto no orçamento municipal e estava em concurso público para ser executado no presente ano. Um grande esforço que o município iria fazer para resolver um problema que se arrastava há décadas. Relativamente à questão da eficiência energética, recordou que no mandato anterior, o Pavilhão Municipal tinha sido alvo de



obras referentes à eficiência energética, perspetivando-se a apresentação de uma candidatura para a Piscina Municipal. Quanto à questão da saúde e dos médicos de família, era um problema transversal a todo o país. Reconhecia que a situação no concelho não estava bem, no entanto, o papel da Câmara Municipal tinha sido feito, nomeadamente, reclamando à ARS (Administração Regional de Saúde) para que fosse contemplada uma vaga para médico de família no concelho. A mesma tinha sido contemplada, mas não tinha havido nenhum médico que concorresse para essa vaga. Era um problema que o país tinha que resolver de âmbito nacional. Relativamente à questão dos Bombeiros; referiu ter dúvidas que os bombeiros nos últimos anos tivessem alguma vez, recebido tanto apoio por parte da autarquia municipal como agora. O voto de louvor na última Assembleia Geral dos Bombeiros à Câmara Municipal, pelo apoio permanente que tinha dado à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários, era a prova evidente do que referia. Quanto ao apoio à população, nomeadamente aos mais idosos e desfavorecidos, o apoio da Câmara Municipal fazia-se através das Instituições do concelho que já asseguravam essas respostas, nomeadamente, a Santa Casa da Misericórdia de Constância. Relativamente ao outro conjunto de questões apresentadas, nomeadamente o PRR (Plano de Recuperação e Resiliência), chamada Bazuca Europeia, este estava muito focado para áreas específicas, e o município de Constância ou outro município qualquer não podiam impor as suas prioridades. O governo tinha definido as prioridades junto de Bruxelas e os municípios tinham que adaptar os seus investimentos a essas prioridades. No caso de Constância; tinha sido apresentada candidatura para ter uma Loja do Cidadão na sede do Concelho e, uma candidatura no âmbito ambiental, para a realização de um conjunto de áreas e espaços verdes no concelho. A visão do município não era só uma visão externa, era também uma visão interna para melhorar a qualidade de vida das populações e a captação do turismo.-----

PONTO 2 - PETIÇÃO “PEREIRA – NÃO QUEREMOS O MUNDO, APENAS O BÁSICO”-

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao primeiro subscritor da Petição, Senhor Rui da Silva Pires, para fazer a apresentação da mesma.-----

No uso da palavra, o representante do Grupo de Ação – Pereira, Rui da Silva Pires, primeiro subscritor da petição Pereira – “Não queremos o mundo, apenas o básico”, referiu:-----

“Em primeiro lugar quero enaltecer esta forma de participação dos cidadãos e, em especial, do Grupo de Ação – Pereira. Só por si já é um sinal digno de registo da participação cívica em democracia. É também forma de promover e defender o ambiente, a saúde pública, a coesão territorial e, naturalmente, a localidade de Pereira, nomeadamente os utentes dos serviços municipalizados de água e saneamento.-----

Atualmente são cerca de 130 os assinantes da petição, quase exclusivamente on-line. Foi



difícil, em pandemia, dadas as limitações de contacto e de ajuntamento, recolher assinaturas presenciais. Por outro lado, muita gente ainda não domina a forma de participação através das novas tecnologias, o que é notório na população da Pereira.-----
De seguida, agradeço o acolhimento e compreensão por parte do Sr. Presidente da Assembleia Municipal de Constância. No entanto, refiro que não tivemos qualquer feedback do Sr. Presidente da C.M. de Constância, a quem, em primeiro lugar, foi dirigida esta petição. Como tal não sabemos se este assunto já foi tratado em reunião de Câmara e se, eventualmente, existirá já alguma proposta de revisão dos documentos previsionais de 2022 e anos seguintes.-----

Como terceiro ponto, identifico as origens da problemática do saneamento básico na Pereira no erro assumido por esta localidade não ter sido identificada como aglomerado urbano no PDM, em 1994.-----

Já há quase 30 anos, se salientava que a Pereira era o único dos 8 aglomerados habitacionais do concelho sem rede de saneamento básico, dizendo mesmo que era importante resolver essa necessidade básica. Ainda hoje não está, nem se vê no horizonte municipal se será ou quando será resolvida.-----

Recordo ainda que a CDU e o PS, tanto como oposição como governação, não intervieram ou acolheram a quase totalidade dos alertas e pedidos de correção e compensação aquando revisão do PDM (2015) e da 1ª alteração a essa revisão (2020), chegando-se ao ponto atual de no município só já estarem classificados 6 aglomerados urbanos (o que é extraordinário e deveras limitante), às custas de regras gerais, cumpridas nos municípios, adaptadas ou reclamadas com ganhos, noutros.-----

Em quarto lugar, dou conhecimento e/ou chamo a atenção, para o facto de nos últimos 12 anos, em termos de significativo e visível investimento das autarquias, a Pereira apenas ter beneficiado da substituição recente das lâmpadas da iluminação urbana por outras mais eficientes e da construção (também recente) de uma espécie de escada “desengonçada” de acesso à fonte da Ti Ana, a qual – verdade seja dita – se estivesse em qualquer outra localidade do concelho “já teria feito cair o Carmo e a Trindade”.-----

Em contraponto, e apenas nos últimos 3 anos, duas famílias investiram mais de 80 mil euros em turismo, habitação e agricultura. Mas perderam-se outros 80 mil euros de investimentos aprovados e financiados por fundos europeus para comércio local, à custa do zigzague autárquico no que se refere à criação de rede de coleta e tratamento de águas residuais na Pereira e também dos constrangimentos da época de pandemia que vivemos.-----

Como quinto ponto, saliento que contribuímos, para a definição e para a reapreciação do projeto de saneamento básico, inicialmente reprovado pelo POSEUR (Programa

Operacional Sustentabilidade e Eficiência do Uso de Recursos), mas que o contributo de Os Quatro Cantos do Cisne, associação municipal com sede na Pereira, e que foi largamente noticiado e divulgado pela autarquia.-----

Depois disto, restam muitas dúvidas no ar:-----

1. - Por que é que não voltámos a ser recebidos pela Câmara Municipal, apesar da nossa insistência, para apresentar soluções alternativas antes e depois da decisão de não concretização do projeto financiado pelo POSEUR a 85%? -----

2. - Por que é que Os Quatro Cantos do Cisne não manifestaram publicamente posição em relação a essa tão desejada e apoiada intenção, mas não conseguida concretização? O que sabe a autarquia sobre isso?-----

3. - Por que é que o Sr. Presidente da Câmara, logo quando iniciou funções em 2017 defendeu a urgência de investimento básico na Pereira e se empenhou tanto na resolução desses problemas e passados 3 anos e com projeção até 2025, retirou das GOP e do PPI qualquer projeto de investimento público na Pereira?-----

Por último, consideramos que a mensagem sistematicamente reproduzida pelo Sr. Presidente da Câmara de que o saneamento básico na Pereira não é uma prioridade porque o sistema atual, de fossas sépticas, funciona bem, dado que nos 4 anos de mandato duas ou três fossas foram limpas, é de mau gosto e de falta de consideração e de respeito para com a população da Pereira. Situação da qual, lançamos o repto de se retratar publicamente. É caso para perguntar o que é que acontece às águas residuais dos cerca de vinte utentes pagantes ativos de serviços municipalizados de que, em arte, não dispõem?-----

É por estas e por outras, que não acreditamos que a encruzilhada de Constância, e em especial da freguesia de Santa Margarida da Coutada, seja de natureza demográfica ou por falta de uma melhor travessia do Tejo. Criem-se condições simples e básicas de vida e apoie-se a população residente e a iniciativa privada, não descurando ou desclassificando as localidades, e ver-se-á então o desejado desenvolvimento e coesão territorial.-----

E, para começar, pedimos mesmo através da petição em análise, que se defina e concretize com urgência (de preferência com verba a incluir em revisão do atual orçamento de 2022) um projeto de rede coletora e tratamento de águas residuais domésticas por núcleos habitacionais, num montante global estimado em 150 mil euros, seguindo a solução indicada pela autarquia no período 2013-2016.-----

Estamos disponíveis como sempre, para reunir, conversar e ajudar a resolver”.-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para se pronunciar sobre o assunto.-----

No uso da palavra, o Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por referir que relativamente à intervenção do Senhor Rui da Silva Pires, pretendia dizer o seguinte: O diagnóstico do saneamento básico do concelho, referia que tinha uma cobertura de saneamento básico a rondar os noventa e oito por cento. Os dois por cento restantes, diziam respeito a fossas sépticas por não terem possibilidades de estarem ligadas à rede pública, e as que tinham essa possibilidade, mas por opção própria não o pretendiam fazer. Este era o primeiro dado. O segundo dado, era referente à falta de ligação por ausência de rede de esgotos no Concelho. Na freguesia de Santa Margarida da Coutada, sem rede existia pelo menos uma habitação na Aldeia de Santa Margarida, na Portela cinco, e em Malpique uma. Na freguesia de Constância cinco e, na freguesia de Montalvo uma. No total, o Concelho tinha; com rede, catorze habitações que continuavam a utilizar fossas sépticas, e sem rede, dezasseis habitações. Estes números não contabilizavam o lugar da Pereira.-----

A Pereira tinha pelos seus dados, vinte e três habitações, estando habitadas catorze, mais a Associação dos Quatro Cantos do Cisne, que não sendo habitação, era um edifício que continuava ativo, ou seja, a localidade da Pereira tinha num total vinte e três habitações que não eram servidas pela rede de saneamento básico. Referiu ainda, que o sistema de saneamento básico englobava a rede pública e as fossas sépticas onde não havia a possibilidade de fazer a ligação. Uma fossa era um sistema de saneamento e o Regulamento Municipal estipulava que a responsabilidade pela instalação das fossas, o licenciamento e o seu devido funcionamento, era da responsabilidade dos seus proprietários. Em abril de dois mil e vinte e um, um morador da Pereira tinha instalado uma nova fossa séptica e licenciado o processo junto da Câmara Municipal.-----

Relativamente a outras questões colocadas, nomeadamente à revisão do PDM (Plano Diretor Municipal) de mil novecentos e noventa e quatro, não era a pessoa indicada para responder, mas acreditava que quem estava na Câmara Municipal nessa altura, tudo teria feito junto das entidades competentes para obter as melhores condições para o Concelho, tal como ele o tinha feito na última revisão.-----

O município cobrava a tarifa fixa e a tarifa variável de saneamento, mas não cobrava os valores das fossas. Bastava fazer um pequeno exercício e ir ao documento de taxas municipais para verificar as diferenças, dando para o efeito alguns exemplos em como os municípios que não tinham acesso ao saneamento, não estavam a ser prejudicados no pagamento das tarifas.-----

Para terminar, referiu que o esforço financeiro que o município estava a fazer de duzentos e muitos mil euros, para resolver o problema da ligação de saneamento básico de Constância à ETARI (Estação de Tratamento de Água Residual Industrial) do CAIMA, não



permitia pensar num projeto este ano para a localidade da Pereira, no entanto, o município estava disponível para colaborar com os residentes do lugar.-----

Voltou a pedir a palavra o Senhor Rui da Silva Pires, referindo que de acordo com o referido pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, só o lugar da Pereira contemplava mais necessidades de ligações em saneamento que todo o resto do concelho, e teria que ser levado em linha de conta. Relativamente ao PDM, referiu que tinha havido na altura um erro e o Senhor Engenheiro Jorge Heitor e a Senhora Arquiteta Manuela Lopes, sabiam muito bem que tinha sido um erro dos serviços a Pereira não ter sido considerada como aglomerado urbano, até porque, o texto do PDM o referia como aglomerado urbano. Não tinha sido em termos de mapa, causando depois uma série de contrariedades que não tinham sido revistas em dois mil e quinze, com as leis entretanto mudadas, impondo ao município que a Pereira deixasse de ser um aglomerado urbano e passasse para um aglomerado agrícola.-----

A questão que ficava por responder era; para onde iam as águas residuais de quinze ou dezasseis supostas fossas construídas na década de sessenta/setenta? E o ambiente, a saúde pública e a água da fonte da Pereira que as pessoas bebiam? Só o emissário de Constância para a CAIMA é que era importante.-----

Para terminar, pediu para que a Assembleia Municipal tivesse em consideração todo o exposto, e desse uma oportunidade com o seu voto favorável, de a Pereira poder existir e ter condições de vida.-----

Pediu a palavra o Senhor Presidente da Câmara Municipal para recordar ao Senhor Rui da Silva Pires que no início do seu primeiro mandato como Presidente de Câmara Municipal, tinha feito uma visita com ele à localidade da Pereira, onde tinham sido identificadas um conjunto de questões. As necessidades da Pereira eram do seu conhecimento e preocupação.-----

Relativamente às questões referidas como erros do PDM, solicitou autorização do Senhor Presidente da Assembleia Municipal para dar a palavra ao Senhor Engenheiro Jorge Heitor, referido pelo Senhor Rui da Silva Pires, para fazer uma pequena abordagem da situação ocorrida em mil novecentos e noventa e quatro. -----

No uso da palavra, o Senhor Engenheiro Jorge Heitor começou por referir que no primeiro PDM publicado em mil novecentos e noventa e quatro, a cartografia que lhe servia de base, assim como a todos os PDM's do país, estava numa escala não adequada para a realização dos mesmos. A escala militar de 1/25000 (um para vinte e cinco mil) utilizada ao tempo, com muito pouco pormenor, não era igual aquela que era hoje obrigatória e legalmente exigida. Esta era a primeira consideração que gostava de frisar para se compreender melhor o assunto. Esse PDM que tinha estado em vigor até dois mil e quinze,

tinha sido dos primeiros do país. Na sua primeira revisão ocorrida e publicada em um de setembro de dois mil e vinte e um, com áreas urbanísticas extremamente complicadas, baseadas numa complexidade enorme de legislação, para adaptação ao novo regime jurídico da ocupação do solo, entrado em vigor em dois mil e dezasseis, razão pela qual tinha sido feita a alteração. Hoje, o PDM nem sequer era validado em papel, era feito com instrumentos informáticos, com plataformas informáticas, pelo Gabinete de Informação Geográfica, onde existia um técnico com essa especialidade e fazia essa análise e, uma plataforma que fazia o relatório de ponderação. Sempre que fosse necessário ou existissem dúvidas mais profundas, solicitavam pedidos de informação prévia sobre as mesmas.-----

Respondendo diretamente ao Senhor Rui da Silva Pires, lembrou que aquando da apresentação pública do PDM, tinha tido a oportunidade de responder às questões por ele apresentadas, e hoje, voltava a trazer aqui o assunto. Como munícipe, tinha todo o direito de o fazer. Lembrou que muitas vezes não era fácil para um cidadão pouco familiarizado com um processo desta natureza, com complexas matérias muito específicas, muito técnicas, muito complicadas, com a abrangência e a diversidade da legislação surgida nos últimos dez anos sobre esta matéria, opinar sobre o assunto. -----

O executivo tinha na altura decidido fazer três sessões públicas, uma por freguesia; em Montalvo tinham comparecido vinte pessoas, em Santa Margarida da Coutada dez, e em Constância, apenas o Senhor Rui da Silva Pires. Aquele era o local e o tempo certo para se discutirem os problemas e se tentarem corrigir as situações.-----

As Câmaras, particularmente a Câmara Municipal de Constância, nestas matérias, estavam fortemente dependentes das decisões do Governo, fosse ele qual fosse. Tinham pouca maleabilidade, pouca capacidade para intervir junto das entidades da tutela para conseguir dar a volta às situações, dando satisfação a todas as pretensões e a todos os interesses manifestados no âmbito das discussões públicas. Tinha havido neste PDM em concreto, algumas participações e reclamações com respostas fundamentadas, a CCDR tinha aceitado como justificadas as fundamentações e mesmo assim tinham sido chumbadas.-----

Solicitou a palavra a Senhora Deputada Municipal Isabel Maria Farinha Albino da Costa, do Partido Socialista, referindo-se à Petição apresentada, saudando o facto dos cidadãos se mobilizarem e apresentarem petições nos assuntos que considerem fundamentais. Em democracia eram sempre bem-vindas estas mobilizações dos cidadãos.-----

Concretamente à Petição em apreço, pretendia ser esclarecida sobre algumas dúvidas; para começar e pegando no primeiro parágrafo da petição apresentada, que começava com a seguinte frase” nas Nações Unidas o acesso ao Saneamento básico é um direito

humano fundamental” e, depois, referia a falta do mesmo na Pereira. Esta afirmação era grave, merecendo um esclarecimento. Não existia ainda na Pereira porquê? Pelas explicações dadas, o saneamento básico existia, o saneamento básico podia ser feito através da ligação à rede pública de saneamento básico ou através das fossas sépticas. As duas alternativas eram consideradas saneamento básico.-----

Dizer que não se cumpria o saneamento básico na Pereira, era uma narrativa que merecia ser descodificada. Não era cumprida porquê? E de quem era a responsabilidade? Seria de os proprietários não cumprirem com as suas obrigações de possuírem fossa séptica? Seria pelo facto de não solicitarem à Câmara Municipal as respetivas limpezas? Ou era apenas o facto de não poderem fazer as ligações à rede pública, por ser inexistente?-----

Na intervenção do Senhor Rui da Silva Pires, tinha ficado claro que o saneamento básico na Pereira não funcionava, portanto, importava perceber de quem era a responsabilidade; da Câmara Municipal, porque os proprietários solicitavam a limpeza das fossas e a Câmara Municipal não as limpava, não prestando o serviço a que estava obrigada? Não lhe parecia ser o caso, atendendo aos esclarecimentos dados pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, indicando inclusive, os pedidos que tinham sido feitos. Restava a possibilidade de a responsabilidade recair sobre os proprietários por incúria ou desleixo.-----

Também não era verdade quando referiam que os habitantes da Pereira pagavam uma tarifa de um bem que não usufruíam. O bem estava disponível para ser usufruído e a Câmara Municipal prestava esse serviço quando requerido. Concluindo, era necessário apurar responsabilidades; da Câmara Municipal, ou dos proprietários. Este era o primeiro ponto que importava esclarecer. -----

O segundo ponto que gostava de ver esclarecido, era se, como era referido na Petição, não haveria interesse do município em resolver o problema da criação da ligação à rede pública? Pelo conhecimento que tinha, este executivo municipal logo a seguir à sua eleição, tinha manifestado interesse na resolução deste assunto, e por isso, tinha apresentado um projeto. Como a Petição referia que o município tinha desistido de concretizar o projeto para a rede e tratamento das águas residuais na Pereira, para o qual havia obtido financiamento, era importante o Senhor Presidente esclarecer a questão, porque, qualquer munícipe que lesse o referido, ficava com a ideia que o município tinha deitado para o lixo um financiamento de 80% (oitenta por cento) ao não executar o Projeto. Não fazia sentido nenhum e, tinha que ser esclarecido.-----

Por último, referiu que nem era bom para os habitantes da Pereira nem para o concelho, a apresentação de um discurso, referindo que estavam a ser marginalizados e que não queriam saber dos habitantes da Pereira. Era um tipo de intervenção muito mau, porque não era isso que estava a acontecer. Sendo os recursos do município escassos, era

necessário encontrar financiamentos para obras de determinada envergadura, como era o caso. Não era por gostarem ou não dos habitantes da Pereira, mas tinha sempre que ser feita uma avaliação e perceber que, com o número de habitações existentes na Pereira (vinte e três habitações) a avaliação do impacto financeiro, não sendo financiado, teria que ser levado em consideração para avançar com um projeto de ligação á rede pública de saneamento. Não sendo exequível financeiramente, teriam que ser criadas condições para que a forma alternativa de saneamento, com a utilização de fossas sépticas avançasse. Tratava-se de uma questão de saúde pública e, gostaria de ouvir do Senhor Presidente da Câmara Municipal, a razão pela qual o projeto não tinha avançado, assim como, o que poderia o município fazer na sensibilização dos proprietários, para que a alternativa da utilização das fossas sépticas pudesse ser a melhor e mais correta solução? -----

Pediu a palavra a Senhora Deputada Municipal Carmen Dolores Gomes da Silva, da CDU – Coligação Democrática Unitária, referindo que há pouco tempo, nesta Assembleia Municipal tinha sido apresentada uma Recomendação sobre o uso racional dos recursos hídricos e, naquele momento, estavam a falar em saneamento básico. Ter as ligações a efluentes, não queria dizer que esses efluentes não fossem para uma fossa séptica, para depois os despejos se infiltrarem no solo, caso não fossem limpas com regularidade. Desconhecia até, se as fossas sépticas em uso no lugar da Pereira, tinham ou não condições de estanquicidade para serem utilizadas. Provavelmente não tinham.-----

Enalteceu a mobilização cívica e a participação política dos cidadãos expressas na petição” Pereira – não queremos o mundo apenas o básico”. Referindo que, o projeto para execução de drenagem das águas residuais e ETAR da Pereira, realizado pelo Centro Tecnológico de Gestão Ambiental de Coimbra, tinha custado mais de dezoito mil euros, destinando-se a uma candidatura POSEUR que tinha acabado em nada. A instrução do processo não tinha sido concluída em tempo útil devido à falta de entrega dos documentos e, à conseqüente caducidade do apoio. O método de trabalho a ter existido, não tinha vingado. No Registo Predial constavam cerca de trinta prédios que constituíam a localidade da Pereira. Só em alguns existiam habitações e nem todas estavam habitadas. Ainda assim, o lugar tinha cerca de trinta e cinco habitantes em vinte e três habitações. Ter-se-ia perdido uma derradeira oportunidade, para o lugar da Pereira poder modernizar-se com o apoio de fundos estruturais. Terminou, questionando se não seria possível transformar o problema do saneamento básico da localidade da Pereira, num desafio estimulante, pensado num plano de saneamento ambiental? Quiçá um projeto piloto adaptado ao lugar da Pereira, que pudesse servir de modelo a tantas outras aldeias similares. Um plano sem exageros, que não acarretasse elevados custos de manutenção dos equipamentos e adaptado ao fim a que se destinava. -----

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara Municipal, começando por responder à Senhora Deputada Municipal Isabel Maria Farinha Albino da Costa, do Partido Socialista, referindo que o que tinha inviabilizado a concretização do projeto do saneamento da Pereira, tinha sido o facto de em muitos dos terrenos, os seus proprietários não possuírem título habilitante comprovativo de legítimos proprietários dos mesmos. Não havendo registos prediais, e com o prazo limitado que tinham para avançar com o projeto, corriam o risco de avançar com a obra sem que as áreas para a passagem das condutas para a instalação de todo o sistema de saneamento, transitassem para propriedade da Câmara Municipal. Nesta situação, ao avançarem com a obra, o município teria de suportar todos os custos por não ter qualquer tipo de financiamento comunitário. Há uns anos, era permitido fazer saneamento básico ou condutas de água com fundos comunitários sem ter título habilitante para a respetiva intervenção. No presente, e num passado recente, tal deixou de ser possível, a Câmara Municipal quando se candidatava a uma obra tinha que apresentar um título, fosse um contrato de arrendamento, ou de proprietária. Um título que a habilitasse a intervencionar naquele espaço e, tinha sido isso que tinha inviabilizado a concretização do projeto da Pereira.-----

Deu nota que a Câmara Municipal estava sempre disponível para procurar uma solução que passasse pela análise das situações naquela localidade da Pereira, aconselhando tecnicamente os proprietários a resolverem esses problemas. Em abril de dois mil e vinte e um, um proprietário daquela localidade tinha-se dirigido à Câmara Municipal, preocupado com a situação, acabando por instalar uma fossa séptica nova. -----

Relativamente às questões apresentadas pela Senhora Deputada Municipal Carmen Dolores Gomes da Silva, da CDU – Coligação Democrática Unitária, o Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por referir que em política não podia valer tudo! Era necessário ter consciência do que se dizia, referindo o facto da CDU – Coligação Democrática Unitária, ter sido a força política que tinha governado o concelho durante trinta e dois anos, numa altura em que havia fundos comunitários em abundância para fazer saneamento básico, e não tinha feito o saneamento básico na Pereira. Vinha de há uns tempos a esta parte, com a bandeira do saneamento básico na Pereira! Bastava consultar a ata da reunião de Câmara do dia dezoito de março de dois mil e dez, em que na altura o Senhor Vereador Rui da Silva Pires, eleito pelo Partido Socialista, tinha feito uma pergunta à então e atual Vereadora, e candidata pela CDU – Coligação Democrática Unitária nas últimas eleições autárquicas; qual o ponto de situação do saneamento básico na Pereira? A então Vereadora Manuela Arsénio, tinha respondido o seguinte, que passava a citar, *"para a povoação da Pereira está prevista a construção de uma ETAR"*. A CDU – Coligação Democrática Unitária, tinha estado trinta e dois anos na Câmara Municipal, tinha-se

comprometido com este facto em dois mil e dez, continuaram a gerir a Câmara Municipal até dois mil e dezassete e, agora, apareciam como defensores e com a bandeira do saneamento básico na localidade da Pereira, esquecendo-se do passado.-----

Não havendo mais intervenções o Senhor Presidente da Assembleia Municipal informou que se iria passar à votação desta Petição. -----

A Petição foi aprovada por maioria, com cinco votos a favor da Bancada da CDU – Coligação Democrática Unitária e onze abstenções da Bancada do Partido Socialista: Senhor António Luís Fernandes Mendes; Senhora Isabel Maria Farinha Albino da Costa; Senhor Natércio Francisco Canelhas Candeias, Senhora Carla Alexandra Pereira Silvério; Senhor Carlos José Pancadares de Sousa Lopes; Senhora Filipa Alexandra Rosa Amante Ferreira; Senhor Luís Manuel Marques Rodrigues; Senhor Pedro Miguel Pedro Caxias; Senhora Ana Luísa Cartaxo Manique, Presidente da Junta de Freguesia de Montalvo; Senhor José Manuel Ricardo, Presidente da Junta de Freguesia de Santa Margarida da Coutada e Paulo Gameiro Sena Freitas, Presidente da Junta de Freguesia de Constância.-

A Bancada do Partido Socialista apresentou Declaração de Voto (**Anexo VII**).-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal informou que, perante esta decisão da Assembleia Municipal, seria elaborada uma Recomendação relativa à Petição da Pereira “Não queremos o mundo, apenas o básico”, dirigida ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, com conhecimento ao primeiro subscritor da Petição.-----

PONTO 3 - DESIGNAÇÃO PELA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE UM CIDADÃO ELEITOR PARA A COMISSÃO DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS DE CONSTÂNCIA-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal questionou as duas Bancadas se tinham algum nome para apresentar.-----

A Senhora Deputada Municipal Isabel Maria Farinha Albino da Costa, do Partido socialista respondeu que a Bancada do Partido Socialista apresentava o cidadão, Senhor Rogério Paulo de Sousa Palácio, residente em Portela, Freguesia de Santa Margarida da Coutada.-

A Bancada da CDU – Coligação Democrática Unitária, apresentou a Senhora Deputada Municipal Carmen Dolores Gomes da Silva.-----

Havendo dois nomes propostos, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal informou que o voto era secreto, constituindo-se o candidato apresentado pelo Partido Socialista como Lista A, e a candidata apresentada pela CDU – Coligação Democrática Unitária, como Lista B.-----

Posta a votação por voto secreto, foi obtido o seguinte resultado: Lista A – onze votos; Lista B – cinco votos.-----

Foi designado pela Assembleia Municipal, por ter sido o cidadão mais votado, o Senhor Rogério Paulo de Sousa Palácio, indicado pela Lista do Partido Socialista.-----

PONTO 4 - ADESÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL À ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE ASSEMBLEIAS MUNICIPAIS – PARA DELIBERAÇÃO-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal começou por fazer um breve historial do processo, referindo a Recomendação que tinha sido enviada ao executivo municipal, para que este pudesse aprovar a proposta de adesão do município à Associação Nacional de Assembleias Municipais. A recomendação tinha sido aprovada por unanimidade em reunião do executivo municipal e, vinha à Assembleia Municipal para que fosse finalmente votada a adesão à Associação Nacional de Assembleias Municipais.-----

Não havendo questões, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou a adesão à Associação Nacional de Assembleias Municipais a votação, sendo esta aprovada por unanimidade.-----

PONTO 5 - ESTRATÉGIA LOCAL DE HABITAÇÃO 2021-2031 – MUNICÍPIO DE CONSTÂNCIA – PARA DELIBERAÇÃO-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para fazer a apresentação do ponto em análise. -----

No uso da palavra, o Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por referir que o PRR (Plano de Recuperação e Resiliência), apelidado de “Bazuca Europeia”, previa um conjunto de fundos comunitários para os municípios se dotarem de mais habitação social. O documento que vinha à Assembleia Municipal, era no sentido da construção de habitação social para a constituição do primeiro direito, para aquelas pessoas devidamente identificadas como tendo pedidos de casa na Câmara Municipal ou, vivendo em situações indignas, contemplando um conjunto de reparações e intervenções na sua habitação, assim como, no parque habitacional do município. Grosso modo, era o desenho daquilo que se perspectivava fazer nos próximos anos a nível de habitação no concelho. Se existissem dúvidas, ou mais detalhes sobre o assunto, a Senhora Vereadora Maria Helena Soares Roxo, responsável pela área social, estaria pronta para qualquer esclarecimento. Não havendo intervenções, procedeu-se à votação deste ponto, sendo o mesmo aprovado por unanimidade, com uma Declaração de voto da Bancada da CDU – Coligação Democrática Unitária (**Anexo VIII**).-----

Pediu a palavra a Senhora Deputada Municipal Isabel Maria Farinha Albino da Costa, referindo que ao ouvir a declaração de voto, tinha ficado com algumas dúvidas do teor da mesma. A declaração de voto que tinha ouvido com atenção, para além de considerações, estava implícita uma recomendação. Em seu entender, uma declaração de voto era a justificação das motivações que levavam aquele sentido de voto e não recomendações.

Muitas das considerações feitas na declaração de voto, em seu entender, deveriam ter sido apresentadas como considerações durante o debate da discussão do ponto.-----

PONTO 6 - CONTRATAÇÃO DE FORNECIMENTO DE ELETRICIDADE AO ABRIGO DO ACORDO-QUADRO DA CIMT – AUTORIZAÇÃO DA ABERTURA DO PROCEDIMENTO – PARA DELIBERAÇÃO-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para fazer a apresentação do ponto. -----

No uso da palavra, o Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por referir que se tratava apenas de um mero procedimento administrativo e, atendendo ao valor da contratação, era da competência da Assembleia Municipal dar autorização prévia para o início do procedimento para aquisição de energia elétrica, tanto no respeitante à iluminação pública, como para os edifícios municipais, através do acordo quadro da CIMT (Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo). Não era mais do que um concurso público que a CIMT tinha feito, tendo ficado pré-selecionados, o lote da iluminação pública e o lote de baixa e média tensão. O município convidaria através de um processo de consulta prévia, os fornecedores pré-selecionados nesse concurso público que a comunidade intermunicipal tinha feito.-----

Não havendo intervenções o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou este ponto a votação, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

PONTO 7 - APOIO À JUNTA DE FREGUESIA DE SANTA MARGARIDA DA COUTADA – REALIZAÇÃO DE SERVIÇOS FÚNEBRES – PARA DELIBERAÇÃO/RATIFICAÇÃO---

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para fazer a apresentação do ponto.-----

No uso da palavra, o Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por referir que neste ponto, o que se pretendia, era a sua ratificação, dado que o funcionário que estava afeto aos funerais na Freguesia de Santa Margarida da Coutada, tinha estado de baixa médica e, durante esse período, se tinham realizado três funerais. Tinha sido um funcionário municipal afeto a essa tarefa, a realizar os respetivos serviços. Como a competência para autorizar os apoios às Juntas de Freguesia era da competência da Assembleia Municipal, o que aqui vinha era a ratificação desse apoio que a Câmara Municipal tinha dado à Junta de Freguesia de Santa Margarida da Coutada. -----

Pediu a palavra a Senhora Deputada Municipal Júlia Maria Gonçalves Lopes de Amorim, da CDU – Coligação Democrática Unitária, referindo que na preparação da reunião para esta Assembleia Municipal, a Bancada da CDU – Coligação Democrática Unitária tinha entendido que este ponto não se apresentava muito claro. Assim, pretendia colocar duas questões; uma delas era que o passado estava feito e concordavam perfeitamente que se

apoiasse e votariam nessa parte favoravelmente. A outra parte era mais complexa, pessoalmente tinha dúvidas se não deveria fazer parte, e não se opunham a que houvesse um contrato interadministrativo neste âmbito, num apoio para o futuro. Mesmo não sendo assim tão linear, gostava de ser esclarecida sobre o assunto.-----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal respondeu, dizendo que relativamente às questões apresentadas pela Senhora Deputada Municipal Júlia Maria Gonçalves Lopes de Amorim, da CDU – Coligação Democrática Unitária, tinha a dizer o seguinte: A proposta em seu entender era bastante clara. O parágrafo referia: “tenho a honra de propor que o executivo municipal ao abrigo da competência prevista no artigo 33 nº 1 alínea c) da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro, na atual redação, delibera submeter à Assembleia Municipal a proposta de apoio à Junta de Freguesia de Santa Margarida da Coutada, que se traduz no seguinte; deslocação de prestação dos serviços fúnebres pelo funcionário Municipal, sempre que o funcionário da Junta de Freguesia se encontre impedido de o realizar, considerando que o referido apoio já ocorreu sem que tivesse sido previamente deliberado, mais se propõe, que a Assembleia Municipal delibere ratificar o apoio concedido pelo município à Junta de Freguesia de Santa Margarida da Coutada, através da deslocação e prestação dos serviços fúnebres pelo funcionário municipal, ocorrido nos dias 1 de fevereiro de 2022 , 3 de fevereiro de 2022 e 5 de fevereiro de 2022”.-----

Referiu, ainda, que havia a intenção do executivo introduzir este assunto num futuro acordo de execução, no pacote de descentralização para as Juntas de Freguesia.-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal tomou a palavra, referindo que para além da ratificação de uma coisa do passado, estavam também a autorizar que futuras operações deste género pudessem ser feitas, mesmo antes do futuro acordo de execução com as Juntas de Freguesia.-----

Não havendo mais intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou este ponto a votação, sendo o mesmo aprovado por unanimidade.-----

PONTO 8 - DECLARAÇÕES LCPA (LEI DOS COMPROMISSOS E PAGAMENTOS EM ATRASO) REPORTADAS A 31/12/2021 – PARA CONHECIMENTO; -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para fazer a apresentação do ponto.-----

No uso da palavra, o Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por referir que se tratava da documentação habitual, a mesma que já tinha ido à reunião da Câmara Municipal e agora vinha a esta Assembleia Municipal, dando conta de que o município não tinha pagamentos em atraso.-----

Pediu a palavra a Senhora Deputada Municipal Júlia Maria Gonçalves Lopes de Amorim, da CDU – Coligação Democrática Unitária, referindo que efetivamente a Câmara Municipal

não tinha pagamentos em atraso, mas, vinha um documento com uma referência de recebimentos em atraso para conhecimento. Este recebimento ultrapassava os cento e trinta mil euros. Há pouco tempo, cerca de um ou dois anos, tinha vindo a esta Assembleia Municipal, um perdão ou prescrição das dívidas à Câmara Municipal. Neste momento, se estava a interpretar bem, os documentos elencados em novecentos e quarenta e dois euros, iam de dois mil e nove a dois mil e dezassete e ainda, três mil e trezentos euros em três documentos que iam de dois mil e dezoito a dois mil e vinte, e dois mil e quatrocentos e sete euros, em documentos relacionados com o ano de dois mil e vinte e um. Poderia tratar-se de documentos de águas, rendas ou saneamento. Gostaria de ter uma explicação sobre o assunto.-----

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara Municipal, solicitando ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal que pudesse dar a palavra à Chefe da Divisão Municipal Administrativa e Financeira da Câmara Municipal para poder explicar melhor esta situação.-----

No uso da palavra, a Doutora Marisa Figueiredo, Chefe da Divisão Municipal Administrativa e Financeira do Município, referiu que de acordo com o saldo que tinham em vigor, para apresentar à Assembleia Municipal para conhecimento, na listagem dos pagamentos e dos recebimentos em atraso, retirada diretamente da aplicação informática que registava toda a dívida que o município tinha, quer em taxas, preços ou rendas, espelhava a dívida no momento. Há uns anos, tinham levado à Câmara Municipal a regularização da dívida, para anular a mesma. Era uma dívida muito antiga, em alguns casos, nem suporte documental tinham que a justificasse. Tinham mantido alguns anos, particularmente a partir de dois mil e nove, porque era a partir dessa data que tinham a dívida registada na aplicação, e seria necessário fazer uma nova análise dos valores. Alguma poderia já estar prescrita, não obstante a pessoa poder vir a efetuar o seu pagamento se assim o entendesse, não evocando essa prescrição. A lista apresentada era a realidade do município registada na aplicação.-----

PONTO 9 - INFORMAÇÃO SOBRE A SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA DO 1º SEMESTRE DE 2021 – PARA CONHECIMENTO-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para fazer a apresentação do ponto.-----

No uso da palavra, o Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por referir que era uma informação da situação económica apenas para conhecimento.-----

Não havendo comentários, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou ao ponto seguinte.-----

PONTO 10 - TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS DE ÂMBITO MUNICIPAL, EM

**MATÉRIA DE AÇÃO SOCIAL PARA AS AUTARQUIAS LOCAIS, AO ABRIGO DO DECRET-
LEI Nº 55/2020 DE 15 DE AGOSTO, NA SUA VERSÃO ACTUAL – ALARGAMENTO DO
PRAZO MÁXIMO PARA CONCRETIZAÇÃO DA TRANSFERÊNCIA DE
COMPETÊNCIAS NO DOMÍNIO DA AÇÃO SOCIAL – PARA DELIBERAÇÃO-----**

Não havendo intervenções neste ponto, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou o mesmo a votação, sendo aprovado por unanimidade.-----

**PONTO 11 - APRECIÇÃO DE INFORMAÇÃO ESCRITA APRESENTADA PELO
PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, NOS TERMOS DA ALÍNEA C) DO Nº 2 DO
ARTº 25º DA LEI Nº 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO-----**

Solicitou a palavra o Senhor Deputado Municipal António João Samarra Pereira, da CDU – Coligação Democrática Unitária, apresentando uma questão sobre o acompanhamento da candidatura POSEUR 15-2021-02 – Sobre deteção e combate de espécies invasoras. Pretendia ser informado qual o ponto de situação da candidatura e, que apoios ou tipo de apoios é que a Câmara Municipal estava a pensar dar aos apicultores? -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal informou que a candidatura referida pelo Senhor Deputado António José Samarra Lopes, da CDU – Coligação Democrática Unitária, dizia respeito a um concurso destinado à deteção e combate da espécie exótica invasora, Vespa Velutina. Era uma candidatura de âmbito intermunicipal, desenvolvida pela própria Comunidade (CIMT), destinada à destruição dos ninhos da Vespa Velutina nos municípios do Médio Tejo.-----

Solicitou a palavra a Senhora Deputada Municipal Júlia Maria Gonçalves Lopes de Amorim, da CDU – Coligação Democrática Unitária, solicitando os seguintes esclarecimentos: - Tinha havido uma candidatura relacionada com um anteprojecto relacionado com uma Loja do Cidadão, solicitando mais informações sobre o assunto e qual a sua localização?----- Estava mencionado no documento, na página quatro, uma reunião com uma técnica do CERE (Centro de Ensino e Recuperação do Entroncamento) sobre o RSI (Rendimento Social de Inserção). Pretendia saber se existia alguma evolução ou alteração, relativa à tramitação destes processos?-----

Na página doze do documento, era referido quanto ao Fundo Florestal Permanente: ” *Termo de aceitação/decisão da candidatura nº 2021 -2021-01-0029*”. Pretendia ter mais algumas informações sobre o assunto.-----

Na página treze, duas situações; a primeira, tinha a ver com os acessos ao Centro Escolar de Montalvo e, de que forma é que o PRR (Plano de Recuperação e resiliência) apoiava esta intervenção? A segunda questão, dizia respeito ao emissário de ligação à ETARI do Caima, referindo o documento, um contrato de auxílio financeiro para a recuperação do emissário. Era referido que, na origem do problema tinham estado as depressões Elsa e

Fabien. O que pretendia saber era o seguinte: - Era o PRR que iria apoiar financeiramente o emissário, decorrente daquelas intempéries, ou haveria outro qualquer auxílio financeiro? Tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara Municipal para responder às questões apresentadas. Relativamente à Loja do Cidadão, tinha sido feito um anteprojecto para apresentação de uma candidatura para aquele equipamento no âmbito de PRR. A sua localização seria no edifício propriedade da Santa Casa da Misericórdia, na zona baixa da Vila, para onde estava perspectivado o alargamento do Lar da Santa Casa, situado no Beco dos Ferreiros. A candidatura apresentada orçava cerca de um milhão e cem mil euros. Se a candidatura fosse aprovada, o limite máximo de financiamento do PRR, seria de novecentos mil euros, assim, duzentos mil euros teriam que ser assegurados por receitas próprias do município.-----

Relativamente à questão do CERE, passou a palavra à Senhora Vereadora e Vice-Presidente Maria Helena Soares Roxo, por ser do seu pelouro, e ter estado presente na reunião.-----

No uso da palavra, a Senhora Vereadora Maria Helena Soares Roxo, informou que tinha sido uma reunião com a técnica do CERE, numa altura em que ainda se pensava que a transferência de competências seria em abril. Pretendia-se manter o protocolo existente e, manter a equipa a fazer os acordos do RSI aos beneficiários do concelho. Uma vez que não se ia concretizar para já o protocolo, seria em principio para começar a vigorar apenas quando o município aceitasse a transferência, fazendo-se novo protocolo. Até lá, mantinha-se o que atualmente existia.-----

Voltou a assumir a palavra o Senhor Presidente da Câmara Municipal para responder à questão apresentada sobre o fundo florestal. Referiu que, não tendo a certeza, tinha ideia que se tratava do apoio recebido anualmente pelos trabalhos efetuados pela Equipa de Sapadores, num conjunto de intervenções no território do concelho, na gestão de faixas de combustível e outras do género. Se estivesse equivocado, faria a retificação à posteriori.--

Relativamente aos acessos do Centro Escolar de Montalvo, a obra estava em execução, entretanto, tinha aberto um aviso no âmbito do PRR, designado “acessibilidades 360 graus”, muito virado para as questões de tornar as vias acessíveis a pessoas com mobilidade reduzida, um pouco à semelhança daquelas intervenções que já estavam praticamente concluídas na Rua Moinho de Vento e, a que se iniciaria na Avenida das Forças Armadas. Os acessos ao Centro Escolar incluíam caminhos pedonais e passeios, cumprindo os requisitos da mobilidade sustentável. Apesar do projecto não ter sido desenhado com aqueles pormenores de exatidão, tinham apresentado uma candidatura idêntica às referidas anteriormente, com o objetivo de conseguirem algum financiamento que aliviasse o encargo financeiro que o município teria com esta obra. De momento, ainda

não tinham quaisquer garantias que o financiamento fosse aprovado.-----

Relativamente ao emissário da ETARI do Caima, na altura em que tinham ocorrido as referidas tempestades que danificaram o emissário, tinha sido necessário e com urgência, efetuar uma reparação “cirúrgica” para que o emissário ficasse em funcionamento. Nessa altura, o governo tinha lançado uma linha através do Fundo de Emergência Municipal, para os prejuízos que cada concelho tinha tido, causados por aquelas depressões. O município de Constância tinha apresentado através da Comunidade Intermunicipal, as despesas projetadas para a solução definitiva para o emissário, um apoio financeiro de cerca de sessenta mil euros. Não se tratavam de Fundos Comunitários nem PRR, eram fundos nacionais que o governo tinha disponibilizado para esta linha de financiamento.-----

Não havendo mais questões e sendo o ponto apenas para conhecimento e apresentação de esclarecimentos, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou ao ponto seguinte.-----

PONTO 12 - OUTROS ASSUNTOS DE INTERESSE-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra aos Deputados Municipais para apresentarem as questões que entendessem como pertinentes.-----

Pediu a palavra o Senhor Deputado Municipal Joaquim José Moura Marques dos Santos, da CDU – Coligação Democrática Unitária, referindo que pretendia esclarecer uma dúvida; na Freguesia de Constância existiam duas Ruas do Tejo, já tinha ouvido comentar que uma das ruas tinha mudado de nome, nomeadamente a do lado Sul da Freguesia. Se assim tinha sido, gostaria de saber mais pormenores.-----

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara Municipal, informando que efetivamente a Rua do Tejo do lado Sul em Constância-Sul, junto à celulose do Caima, tinha mudado de nome, passando a designar-se por Rua da Fábrica. As placas toponímicas ainda não tinham sido colocadas, mas seriam logo que possível. A mudança devia-se ao facto da Rua do Tejo ter início na zona baixa de Constância e terminar em Constância-Sul, atravessando o rio Tejo. Os camionistas que não conheciam o percurso, apoiando-se no GPS, muitas vezes vinham para o Centro histórico da Vila com todos os problemas para conseguirem sair.-----

Solicitou a palavra a Senhora Deputada Municipal Isabel Maria Farinha Albino da Costa, do Partido Socialista, questionando o Senhor Presidente da Câmara Municipal, qual o ponto de situação da realização das Festas do Concelho/Festas de Nossa Senhora da Boa Viagem para este ano. Se poderia adiantar alguma informação?-----

No uso da palavra, o Senhor Presidente da Câmara Municipal informou que o executivo estava a trabalhar num cenário de fazer as Festas, considerando que estavam a ser reunidas as condições mínimas para o facto, baseando-se na evolução dos últimos dias.



Com o aliviar das medidas por parte da DGS e com a taxa de vacinação que o país já tinha, estariam reunidas as necessárias condições para a sua concretização. Tudo apontava para que no início de abril, as restrições ainda existentes pudessem ser completamente levantadas, assim, tudo apontava para que existissem condições para que este ano, o concelho voltasse a ter as Festas do Concelho e de Nossa Senhora da Boa Viagem.-----

Solicitou a palavra a Senhora Deputada Municipal Maria do Rosário Costa Martins, da CDU – Coligação Democrática Unitária, questionando qual o ponto de situação sobre a saúde no concelho de Constância. Não se referia apenas à falta de médicos de família, que como todos sabiam, era transversal a todo o país, mas, porque ultimamente, relatos de pessoas do concelho referiam a falta de outros recursos humanos, nomeadamente de Assistentes Técnicos e Assistentes Operacionais. Nesse sentido, pretendia saber se estes reportes correspondiam à verdade, e assim sendo, se estava em curso alguma estratégia para resolver esta situação.-----

Relativamente à Extensão de Saúde de Montalvo, tinha sido criada a expectativa na população que haveria consultas, inclusive o Senhor Presidente da Câmara Municipal, tinha referido que existiriam consultas três vezes por semana, gostaria de saber se o mesmo estava a acontecer, porque tinha reportes que contradiziam o referido pelo Senhor Presidente. Pretendia saber se era por falta de médico ou, por falta de outros recursos? Relativamente ao Cineteatro, pretendia saber se já existia alguma previsão para abertura ao público?-----

Um outro assunto que gostaria de abordar era a seca severa ou extrema que se estava a viver em pleno inverno. Sendo a água um bem de primeira necessidade essencial para a vida humana, tinha lido recentemente que o Senhor Presidente da Câmara Municipal defendia o aproveitamento da água dos poços existentes no concelho, numa situação de possível falta de água no rio Tejo. Era seu entendimento, que se o rio Tejo ficasse sem água, os poços também iriam ficar. Assim, a situação deveria passar pelo seu bom aproveitamento, sensibilizando a comunidade para adotar medidas de poupança de água, com regras simples e sustentáveis, como; tomar duche rápido e usar dispositivos para poupança da água. Para além desta sensibilização aos cidadãos, também o Município deveria utilizar a água de forma racional nos seus equipamentos municipais, concretamente na Piscina Municipal e nos sistemas de torneiras. Segundo estudos recentes, cada pessoa em Portugal gastava em média por dia, cento e noventa e dois litros de água. Se fosse possível identificarem as fontes de desperdício de água e estivessem sensibilizadas para o efeito, seria mais fácil atingir-se o objetivo.-----

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara Municipal para responder às questões apresentadas pela Senhora Deputada Municipal Maria do Rosário Costa Martins, da CDU

– Coligação Democrática Unitária. Começando pela questão da saúde e dos médicos de família, referiu que a última informação que tinha do Coordenador era a seguinte:-----
Em Montalvo, a Doutora Elisabete fazia três manhãs por semana; em Constância, a Doutora Ema tinha regressado e fazia uma tarde de recurso e, a Doutora Lurdes, vinha de Santa Margarida para fazer outra tarde de recurso; em Santa Margarida, estava a Doutora Lurdes.-----

Relativamente a outros recursos humanos referidos, particularmente Assistentes Técnicos; dos cinco efetivos, dois deles estavam de baixa médica, e um tinha ido a uma Junta Médica, estando impedido de fazer atendimento ao público. Perante este cenário, deu nota que a ARS (Administração Regional de Saúde) tinha aberto uma vaga para médicos de família para o concelho de Constância, não tendo sido preenchida, como tinha acontecido em muitos concelhos do país. O que tinha pedido ao Doutor Novais Tavares, tinha sido para que no menor espaço de tempo, resolvesse a situação dos administrativos do Centro de Saúde, para que os cuidados de saúde não ficassem comprometidos com esta situação. Se a Câmara Municipal pudesse, mesmo em seu prejuízo, colocar algum Assistente Técnico, o faria, mas, a decisão não poderia ser resolvida daquela forma, eram organismos diferentes, nem mesmo no âmbito da descentralização Administrativa, uma vez que para a esfera da Câmara Municipal, apenas passariam os Assistentes Operacionais. Os Assistentes Técnicos continuariam a ser da responsabilidade do Ministério da Saúde.-----

Quanto ao Cineteatro, assunto recorrente em muitas sessões de Assembleias Municipais, pretendia referir o seguinte; se tivesse chegado à Câmara Municipal um ano antes, tinha rasgado o projeto do Cineteatro que existia, porque o projeto previa apenas a intervenção do miolo da sala e a construção de um telheiro no alçado que dava para a Estrada Nacional. Tinha-o rasgado e feito um projeto completo, que incluísse não só o miolo da sala e a pintura exterior do edifício, mas também, o apetrechamento de som e de luzes. Mesmo com todos os condicionalismos, o Cineteatro tinha sido intervencionado no miolo, na pintura exterior e no jardim adjacente. Tinha sido feito um projeto para o equipar com projetor, som e luz, aguardando apenas pela abertura de uma candidatura ao PRR, para ser submetido, e estando já inscrito no orçamento municipal para este ano. Não era apenas a questão do som e das luzes que impediam o funcionamento da sala, logo que as obras tinham terminado, tinha sido requerida uma inspeção à Autoridade Nacional de Proteção Civil, para dar o seu parecer. Esta autoridade, na inspeção que fez, tinha identificado um conjunto de questões que nem sequer no projeto estavam, como por exemplo, a exigência de novas portas antifogo na sala polivalente, numa parte que nem sequer tinha sido intervencionada. Para satisfazerem aquelas exigências, tiveram que fazer um novo procedimento para aquisição de portas e sinalética na sala superior do Cineteatro. A obra

nos próximos dias ficaria concluída e seria solicitada nova inspeção à Autoridade Nacional de Proteção Civil. Seguir-se-ia o envio do processo à IGAC (Inspeção Geral das Atividades Culturais), ficando desde logo com uma licença provisória para poder desenvolver atividades no Cineteatro. Se tudo corresse como previsto, no próximo mês de abril o Cineteatro estaria em condições para funcionar.-----

Relativamente à questão da água, quando se tinha referido aos poços, referia-se a nascentes naturais, não se estava a referir aos rios. Em ano de seca severa, as pessoas deveriam socorrer-se desses nascentes. Na freguesia de Santa Margarida da Coutada, em espaços que tinham hortas há alguns anos, existiam poços cheios de água durante todo o ano sem que fosse aproveitada, portanto, não era assim tão descabido o que tinha dito.---

Solicitou a palavra a Senhora Deputada Municipal Júlia Maria Gonçalves Lopes de Amorim, da CDU – Coligação Democrática Unitária, referindo-se ao assunto dos poços, disse que o Senhor Presidente da Câmara Municipal até poderia ter falado do assunto em sinal de brincadeira, cada um interpretaria como entendesse. O que a deixava preocupada, era ter ouvido a referência a cerca de cem poços abandonados no concelho, era algo que deveria merecer preocupação. Também existiriam alguns com águas impróprias, talvez até contaminadas! Tudo isto deveria ser bem equacionado e no contexto adequado.-----

Relativamente ao Cineteatro, pretendia ser esclarecida sobre algumas questões; - O projeto tinha sofrido alterações no interior, não tinha sido feito na parte de cima o que estava projetado para a sala polivalente, logo o Senhor Presidente da Câmara Municipal não tinha rasgado o projeto, mas tinha feito algumas alterações. Também gostava de compreender tecnicamente a questão relacionada com o facto de o projeto não incluir um projeto técnico de som, aquando da sua elaboração. Não tinha percebido bem onde estava o problema e gostava de ser esclarecida. -----

Não queria ser injusta na apreciação feita pela Associação Nacional de Proteção Civil sobre a vistoria, mas, o projeto quando era feito não tinha que ter um parecer inicial! Ou teria havido alterações na legislação durante o tempo que demorou a fazer a obra? Tudo isto eram questões que gostaria de ver respondidas.-----

Também pretendia fazer uma pequena observação relativamente à conferência sobre economia e sustentabilidade que tinha decorrido no Salão Nobre. Embora já não fosse possível corrigir o passado, teria sido muito importante que todos os empresários tivessem sido convidados, assim como os autarcas. Se não pudesse ser feito no Salão Nobre, que fosse feito noutra espaço.-----

Para terminar, disse ter ficado duplamente preocupada nesta Assembleia Municipal, quando o Senhor Presidente da Assembleia Municipal tinha pedido autorização para introduzir um ponto, na Ordem de Trabalhos, sobre “a não assunção de competências em

matéria da Ação Social". Tinha ficado preocupada, porque pensava que pudesse ter sido por esquecimento, mas não! Tinha sido porque há última da hora, tinham surgido questões relacionadas com partilha de questões da Segurança Social, e tinham resolvido prolongar o prazo para esta assunção de competências. Se isto não tivesse acontecido, preparavam-se para assumir as competências no âmbito de Ação Social antes do prazo, por este ter sido prorrogado. Tinha ficado duplamente preocupada, porque tinha a esperança que o Senhor Presidente da Câmara Municipal fizesse como o seu colega de Vila Nova da Barquinha, em não assumir as competências que entrariam em vigor no dia um de abril, em matéria de Saúde. Estava de acordo com as declarações que o Senhor Presidente de Vila Nova da Barquinha tinha dado à comunicação social, referindo que ninguém o obrigava a assinar um compromisso onde o seu município ficasse a perder. Gostava de saber se o Senhor Presidente iria adotar a mesma postura?-----

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara Municipal para responder às questões apresentadas pela Senhora Deputada Municipal Júlia Maria Gonçalves Lopes de Amorim, da CDU – Coligação Democrática Unitária, relativamente ao Cineteatro pelo que se recordava, a única alteração que tinham feito ao projeto, tinha sido a não construção do telheiro do lado da Estrada Nacional. Tudo o que estava perspetivado para o interior do edifício, tinha sido feito de acordo com o projeto que já estava na Câmara Municipal. Quanto à razão que a Senhora Deputada Municipal disse não perceber qual o problema de no projeto não vir já incluído o projeto do som e da luz, respondeu; fazer um projeto para o Cineteatro sem incluir o interior do edifício, a pintura exterior, o arranjo dos jardins e um projeto para apetrechar o cineteatro, tudo no mesmo, em sua opinião, era um projeto coxo, independentemente do financiamento que existia no âmbito do PARU (Plano de Ação para Regeneração Urbana), permitir ou não o financiamento daquele tipo de despesa. Deu como exemplo a Câmara Municipal de Mação, que estava a recuperar o Cineteatro e o projeto que tinha de arquitetura e especialidades, incluía também já, um projeto de apetrechamento do edifício para som, luzes e todos os equipamentos que permitissem o funcionamento do Cineteatro.-----

Relativamente à questão colocada sobre Autoridade Nacional de Proteção Civil dar o seu parecer, presumia que a Autoridade de Proteção Civil tinha emitido o parecer sobre o projeto, solicitando que com a devida autorização, o Senhor Engenheiro Jorge Heitor se pronunciasse. -----

No uso da palavra, o Senhor Engenheiro Jorge Heitor, Chefe da Divisão Municipal dos Serviços Técnicos, começou por referir que nesta fase de inspeção tinham colocado exigências para que fossem substituídas um conjunto de portas na sala superior ao polivalente do Cineteatro, nomeadamente, as duas portas que davam acesso à parte

superior do palco do cineteatro, bem como, da arrecadação existente ao fundo, assim como, um conjunto de portas na frente do edifício que davam para o lado do rio Tejo. Relativamente a alterações à legislação, disse desconhecer.-----

Retomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara Municipal para continuar a responder à Senhora Deputada Municipal Júlia Maria Gonçalves Lopes de Amorim, da CDU – Coligação Democrática Unitária. Quanto à conferência de economia e sustentabilidade, a razão por não terem sido convidados todos os autarcas, tinha sido a limitação de espaço e, o facto de ter sido uma iniciativa virada para o exterior do concelho e não para o interior. Relativamente à Ação Social e à não assunção para já, da transferência de competências, havia um conjunto de questões não clarificadas, que o município ao assumir aquelas competências iria prejudicar outros municípios. Tinha equipas multidisciplinares que prestavam serviços a três e quatro municípios. Se Constância avançasse, como a maioria não iria aceitar aquelas competências, iria prejudicar esses municípios e as pessoas que fizessem parte dessas equipas. Era um trabalho que andava a ser preparado há mais de um ano, com reuniões atrás de reuniões, e mesmo assim, quando estavam à porta dessa assunção de competências, continuavam a surgir questões sem respostas. Sendo uma área muito complexa, tinham decidido que enquanto um conjunto de questões não fossem clarificadas, não se deveria avançar.-----

Relativamente à área da saúde, a Senhora Deputada Municipal Júlia Maria Gonçalves Lopes de Amorim, da CDU – Coligação Democrática Unitária, iria ficar satisfeita, porque tomaria a mesma posição que o Senhor Presidente Fernando Freire, e, não iria assinar. Não assinaria o auto de transferência que lhe tinha sido enviado, porque, na última vez que tinha tido contacto com a saúde, sensivelmente há dois anos, tinham rebatido os valores que pretendiam transferir, assim como, um conjunto de outras questões que sabiam que não estavam corretas. Como não tinham sido resolvidas as questões apresentadas, o município de Constância não iria assinar o auto de transferência na área da saúde enquanto não fossem clarificadas algumas questões, nomeadamente, a questão dos recursos humanos e transferências de verbas que pudessem fazer face a um conjunto de prestações de serviços que os centros de saúde absorviam.-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, solicitou autorização ao Plenário para prolongar a sessão para além das vinte e quatro horas.-----

O prolongamento foi aprovado por unanimidade.-----

Retomando as respostas às questões apresentadas pela Senhora Deputada Municipal Júlia Maria Gonçalves Lopes de Amorim, da CDU – Coligação Democrática Unitária, o Senhor Presidente da Câmara Municipal solicitou novamente ao Senhor Engenheiro Jorge Heitor, Chefe da Divisão Municipal de Serviços Técnicos, para esclarecer a parte mais

técnica relativa ao Cineteatro, particularmente o projeto de segurança.-----

No uso da palavra, o Senhor Engenheiro Jorge Heitor esclareceu que tinha sido pedido à Autoridade Nacional de Proteção Civil, parecer sobre o projeto de segurança contra incêndios, em dois mil e dezoito, no início da empreitada. O projeto tinha sido aprovado englobando apenas a segurança contra incêndios relativa ao Rés do Chão. Quando da ocorrência da vistoria, o técnico já não era o mesmo, tinha mudado o critério e, a vistoria não tinha sido aprovada por três ou quatro razões. A razão principal prendia-se com o facto de o hall de entrada do Cineteatro ter uma ligação direta ao piso superior através de escada. Tinha resultado daí, terem que ser substituídas duas portas normais por duas portas corta fogo, para acesso do salão polivalente à teia por cima do palco. Outra alteração, tinha sido a colocação de uma porta de emergência com abertura direta para o exterior do terraço junto à Estrada Nacional, assim como, colocação de armaduras de emergência, alguns detetores ao nível da sala polivalente e a troca de dois carretéis já existentes, por outros exigidos pela legislação atual. Sendo basicamente este tipo de obras que tinham sido feitas recentemente. A dificuldade na aquisição de materiais era cada vez maior, as empresas não tinham material em stock, demoravam meses a chegar e por este conjunto de motivos, a obra tinha demorado tanto tempo para ser concluída. O Projeto tinha sido aprovado na altura, tinha sido pedida a vistoria, tinha sido reprovada pelas razões que referiu e agora, findas as obras, tinham que pedir nova vistoria à Associação Nacional de Emergência e Proteção Civil.-----

Pediu a palavra o Senhor Deputado Municipal Joaquim José Moura Marques dos Santos, da CDU – Coligação Democrática Unitária, referindo que na última Assembleia tinha falado sobre um estradão situado entre a Pinheira Francesa e o cruzamento até à estrada da Pereira e, para grande surpresa sua, o estradão tinha sido limpo. Não estava nas melhores condições, mas pelo menos tinha havido movimentação de terras. Tinha entrado nesse estradão pelo lado da Pinheira Francesa, mas, ao chegar ao fim do mesmo, não tinha conseguido sair, encontrando uma muralha de terra. Questionava o Senhor Presidente da Câmara Municipal, se o terreno tinha sido adquirido por outra pessoa e o que é que se perspetivava para aqueles terrenos.-----

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara Municipal, informando que a referida propriedade tinha sido vendida. O comprador tinha sido uma empresa da Sertã que atuava na área das centrais de biomassa e produção de paletes em madeira. Era em sua opinião, um sinal de desenvolvimento para Santa Margarida da Coutada. Já tinha entrado em contato com os novos proprietários há algum tempo, para marcar uma reunião na Câmara Municipal e tentar perceber o que efetivamente queriam fazer daquele espaço. Tinham sido logo alertados para a questão do estradão e para a movimentação de terras. Pretendia



deixar claro que muitas vezes se falava em estradões que tinham sido abertos de boca, sem nada escrito, restando apenas a boa vontade do dono do terreno em os manter. Quando tinha tentado entrar pela primeira vez em contacto com a empresa “Palser”, o Presidente do Conselho de Administração estava no estrangeiro, entretanto tinha entrado novamente em contato e a garantia que lhe tinham dado, tinha sido que de momento, para além da limpeza do terreno e a gestão daquilo que lá existia, nada mais estava definido para aquele espaço. Ficando por marcar, uma reunião na Câmara Municipal para apresentar o projeto.-----

Solicitou a palavra a Senhora Deputada Municipal Carmen Dolores Gomes da Silva, da CDU – Coligação Democrática Unitária, para entregar na Mesa um Requerimento solicitando documentos/ relatórios, relativos às inspeções efetuadas a todos os Parques Infantis do Concelho, durante os anos de dois mil e vinte e dois mil e vinte e um.-----

Não havendo mais questões, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal solicitou à Senhora Primeira Secretária para proceder à leitura da minuta da Ata, que em seguida, colocou a votação. -----

-----APROVAÇÃO EM MINUTA-----

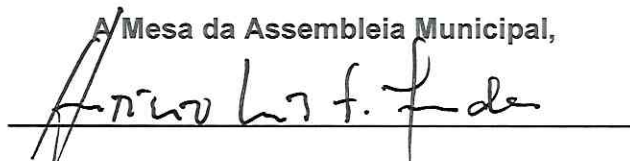
Ao abrigo do que dispõe o artigo quinquagésimo sétimo da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de Setembro, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a presente Ata em minuta, para que as deliberações nela constantes possam produzir efeitos imediatos.-----

-----ENCERRAMENTO-----

E não havendo mais nada a tratar o Presidente da Assembleia Municipal declarou encerrada a sessão pelas, zero horas e quinze minutos. A presente Ata foi redigida, na sua versão inicial, pelos Secretários da Assembleia Municipal.-----

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente Ata a qual irá ser assinada pela Mesa da Assembleia Municipal. -----

A Mesa da Assembleia Municipal,



Carla Silverio

Filipe Amant

Anexo I

MOCÃO

“Pelo Alargamento do Horário de Atendimento do Serviço de Tesouraria da Caixa Geral de Depósitos em Constância. -----

De acordo com a informação afixada nas instalações da Caixa Geral de Depósitos de Constância o horário do serviço de tesouraria realiza-se todos os dias da semana das 8H30 às 12H30 não respondendo às necessidades da população do concelho de Constância e dos concelhos limítrofes.

1. Considerando que os serviços bancários são essenciais sendo mesmo legalmente obrigatório o uso de alguns destes serviços nas transações de natureza pecuniária;
2. Que a agência da CGD situada na sede do concelho é a única no município; -----
3. Que o concelho já teve 5 instituições bancárias: 2 na sede do concelho, 1 na freguesia de Montalvo e duas no Campo Militar de Santa Margarida e que servia a população da Freguesia de Santa Margarida da Coutada; -----
4. Que a esta agência se desloca população de concelhos limítrofes designadamente da Praia do Ribatejo, Madeiras, Limeiras, Martinchel; -----
5. Que o índice de utentes idosos é muito elevado sendo esta faixa de população constituída por muitos pensionistas que para além de outros serviços bancários acedem quotidianamente às suas reformas e pensões; -----
6. Que as alternativas eletrónicas online não estão à disposição da grande maioria dos cidadãos desta faixa etária, por razões, desde logo, de natureza económica e financeira, mas também por falta de conhecimento e de confiança nos sistemas e em si próprios;-----
7. Que o concelho tem carência na oferta de transportes públicos;-----
8. Que para os utentes em geral, comerciantes e outros profissionais esta representa a proximidade dos serviços bancários indispensável;-----
9. Que os trabalhadores por conta de outrem têm de faltar ao serviço pelo facto da Agência encerrar das 12h30 às 13h00;-----
10. Sinal da necessidade de alargamento do serviço de tesouraria da agência da CGD em Constância é afluxo de utentes, gerador das filas visíveis naquelas instalações;
11. Que a Caixa Geral de Depósitos é uma empresa detida 100% pelo Estado, sendo por natureza uma entidade de prestação de um serviço público;-----
12. Que o alargamento do serviço de tesouraria melhoraria significativamente a vida da população. -----



Que Assembleia Municipal de Constância, reunida em 25 de fevereiro de 2022, delibere:--

a) Instar a Administração da Caixa Geral de Depósitos para que o horário de Serviço de Tesouraria da agência de Constância seja das 8H30M às 15H00 ininterruptamente;-----

b) Instar o Governo, enquanto tutela e representante do acionista único público da CGD, a orientar as políticas de gestão da Caixa no sentido do primado do interesse público;-----

c) Remeter a presente Moção a: -----

- Governo (Primeiro-Ministro e Ministro das Finanças).-----

- Administração da Caixa Geral de Depósitos.-----

- Gerente da Agência da CGD em Constância.-----

- Comunicação Social Regional.-----

Constância, 25 de fevereiro de 2022-----

Os eleitos da CDU – Coligação Democrática Unitária”.-----

Anexo II

VOTO DE APREÇO E RECONHECIMENTO

“... a todos os intervenientes quer permitiram a realização das Eleições Legislativas de 2022, de forma segura, ordeira e eficiente no concelho de Constância

No passado dia 30 de janeiro, realizaram-se as Eleições Legislativas de 2022. A 23 de janeiro, decorreu o voto antecipado, daqueles que se inscreveram para tal e, a 26 de janeiro foi feita a recolha dos votos dos internados em estruturas residenciais. -----

No pico da 5ª vaga pandémica Covid-19, com um elevado, número de infetados e mortes, e risco de transmissão da infeção entre pessoas, estas eleições realizaram-se através de uma enorme operação logística, organizada e funcional nos locais de voto, de forma a permitir que o voto dos cidadãos decorresse da forma mais segura possível, observando as normas da Direção Geral de Saúde. -----

Igualmente, no nosso concelho, deveu-se em grande parte aos funcionários e autarcas das freguesias do concelho de Constância, bem como aos funcionários e autarcas da Câmara Municipal de Constância, que estiveram nos locais de voto e organizaram o ato eleitoral, com zelo e sentido de dever. -----

Também o apreço e reconhecimento de todos os voluntários que se apresentaram para formar as mesas de voto como Presidentes, Vice-presidentes, Secretários e Escrutinadores, bem como dos delegados das forças políticas do concelho e elementos das forças de segurança e bombeiros, que prestaram todo o apoio, para que as eleições legislativas decorressem de forma disciplinada e segura. -----

Perante este trabalho altruísta, com sentido de dever em prol da Democracia e Cidadania, demonstrada por todos os intervenientes na organização, execução e concretização deste ato eleitoral, no concelho de Constância, a bancada do Partido Socialista, apresenta um VOTO de APREÇO e RECONHECIMENTO, a todas as pessoas, que com o seu trabalho e dedicação, não obstante de estarem a colocar em risco a própria saúde, permitiram a realização de forma segura, ordeira e eficiente das Eleições Legislativas de 2022, no concelho de Constância.-----

Assembleia Municipal de Constância, 25 de fevereiro de 2022.-----

Os eleitos do Partido Socialista”.-----

Anexo III

REQUERIMENTO

“Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Constância -----
Vêm os eleitos da CDU – Coligação Democrática Unitária requerer a V. Exa. ao abrigo da
alínea d, do ponto 2 do Artigo 3º do Capítulo I do Regimento da Assembleia Municipal de
Constância o envio do Estudo Prévio Aeroporto de Tancos por se tratar de um assunto de
interesse para o município de Constância.-----
Constância, 25 de fevereiro de 2022-----
Os Eleitos da CDU – Coligação Democrática Unitária”-----

Anexo IV

RECOMENDAÇÃO

Gestão Integral e Sustentável da Água

“Apesar do conhecimento consciente de que sem água não se sobrevive, a maioria da população considera-a um bem adquirido e inesgotável. Contudo, sendo um bem essencial à vida, tem vindo a tornar-se cada vez mais escassa ou mesmo rara em alguns pontos do planeta terra. A sua boa gestão e sustentabilidade, exigem uma cuidada informação, sensibilização e reflexão envolvendo toda a sociedade.-----

Sabemos hoje, que as secas prolongadas são cada vez mais frequentes no nosso país, à semelhança de toda a região mediterrânica, provocando grande impacto nos recursos hídricos superficiais e subterrâneos, contrariando a tese de que a disponibilidade da água não é um facto adquirido.-----

Portugal, assim como os demais países do sul da Europa, de forma crescente, será afetado no futuro, como já o é no presente, por alterações climáticas severas com implicações diretas na disponibilidade de água. Neste momento, em quase todo o nosso país, já se faz sentir a escassez de água, que a não ser devidamente acautelada, provocará sérias consequências na vida, saúde e bem-estar das populações, na biodiversidade, na produção de alimentos, na economia local e regional, no ambiente, no desenvolvimento do interior e no país em geral.-----

Assim, torna-se imperioso tomar medidas públicas a nível nacional e, ao nível do município de Constância, que possam mitigar o impacto que a escassez de água está a provocar na gestão de recursos hídricos, promovendo o princípio da precaução e, medidas de assunção e partilha de risco. Face ao risco crescente de seca, vem a bancada do Partido Socialista, recomendar ao Executivo Municipal e seguinte:-----

1. Que seja adotada uma gestão preventiva das secas em detrimento da atual gestão reativa, baseada em medidas urgentes e isenções excecionais;-----
2. A adoção de medidas alternativas e complementares que visem a poupança de água;-----
3. Que implemente redes separativas na distribuição e reutilização das águas residuais para uso compatível, em contexto com o Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), que apontam nesse sentido;-----
4. Que estabeleça e reforce medidas progressivas de regas mais eficientes;-----



5. Que insista numa maior campanha de divulgação/sensibilização na poupança de água, tendo como objetivo uma alteração sustentada dos hábitos no uso eficiente da água;-----
6. Que não se demita perante a entidade governativa, da preocupação da manutenção de caudais ecológicos nas bacias hidrográficas dos rios e seus afluentes;-----
7. Que verifique em permanência, que é assegurado o efetivo cumprimento da Legislação Nacional, Comunitária e Internacional, relacionados com recursos hídricos.-----

Assembleia Municipal de Constância, 25 de fevereiro de 2022-----

Os eleitos do Partido Socialista”-----

Anexo V

VOTO DE SOLIDARIEDADE

“A bancada do Partido Socialista apresenta um Voto de solidariedade e fraternidade com o povo ucraniano e de condenação à agressão da Rússia à Ucrânia.-----
Um ataque a um país soberano, com um governo democraticamente eleito, é uma violação do direito internacional e representa um ataque a todas as democracias.-----
A ação militar russa contra a Ucrânia é a mais forte ameaça à estabilidade e à Paz europeia e mundial desde a Segunda Guerra Mundial.-----
Assembleia Municipal de Constância, 25 de fevereiro de 2022.-----
Os eleitos do Partido Socialista”-----

Anexo VI

DECLARAÇÃO DE VOTO

“Perante as complexidades que envolvem as questões económicas, sociais, históricas e culturais mundiais e considerando a informação e a contrainformação a que constantemente somos expostos e que moldam opiniões consoante os interesses.-----

A bancada da CDU abstém-se de tomar uma posição de forma irrefletida a favor ou contra qualquer um dos lados de um conflito armado ainda que se reconheça que atualmente sabemos que há sofrimento humano na Ucrânia bem como em cada um dos cantos deste Mundo.-----

Constância 25 de fevereiro de 2022-----

A Bancada da CDU”.-----

Anexo VII

DECLARAÇÃO DE VOTO DA BANCADA DO PARTIDO SOCIALISTA

“A decisão da bancada do Partido Socialista em se abster no ponto 2 da Ordem de Trabalhos – Petição “Pereira – Não queremos o mundo, apenas o básico”, assenta nos seguintes factos:-----

- A Câmara Municipal de Constância não desistiu de concretizar um projeto para a rede de tratamento das águas residuais no lugar da Pereira, conforme foi esclarecido pelo senhor Presidente da Câmara nesta Assembleia Municipal;-----

- Face ao orçamento municipal a concretização deste projeto só é possível com a comparticipação de fundos comunitários;-----

- A Câmara Municipal manifestou total disponibilidade para resolver a situação atual do saneamento básico no lugar da Pereira, quer através da prestação de serviço de limpeza das fossas sépticas sempre que solicitado, quer pelo acompanhamento dos proprietários, na realização dos procedimentos necessários, para o bom funcionamento deste sistema de saneamento básico alternativo.-----

Assembleia Municipal de Constância, 25 de fevereiro de 2022 -----

Os eleitos do PS.”-----

Anexo VIII

DECLARAÇÃO DE VOTO

“Refere a informação política que sustenta o documento em análise – Estratégia Local de Habitação 2021-2031 que o mesmo surge na sequência da publicação da Resolução de conselho de ministros nº 50-A/2018, de 2 de maio, que veio estabelecer o sentido estratégico, objectivos e instrumentos de actuação para uma Nova Geração de Políticas de Habitação, e da Lei de Bases da Habitação, publicada em setembro de 2019.-----

Assume-se ainda na informação política que a estratégica local de Habitação tem por finalidade dar enquadramento à actuação do 1º Direito – Programa de Apoio ao Acesso à Habitação que se destina a apoiar a promoção de soluções habitacionais para pessoas que vivem em condições habitacionais indignas e que não dispõem de capacidade financeira para suportar o custo do acesso a uma habitação adequada. -----

Após análise da Estratégia Local de Habitação 2021-2031 para o município de Constância verifica-se que o mesmo assume medidas que visam responder às carências habitacionais graves das 12 famílias indicadas no diagnóstico e cuja aprovação permitirá aceder a financiamento público que responderá à necessidade de dotar as famílias que vivem em condições indignas e estejam cumulativamente em situação de carência financeira. Só por si esta é uma razão que justifica o voto favorável dos eleitos da CDU.-----

No respeitante às propostas indicadas para ir ao encontro da Nova Geração de Políticas de Habitação (NGPH), que visam passar para o Poder Local e Sector Social a responsabilidade na resolução deste direito somos de opinião que tratando-se de um documento estratégico a 10 anos o mesmo deveria ir mais longe enquanto instrumento de planeamento que dessa resposta aos problemas identificados,-----

tais como:-----

1 – Necessidade de fixar e atrair famílias para a Freguesia de Santa Margarida da Coutada, considerando-se insuficiente o nº de fogos a construir na Urbanização da Aldeia de Santa Margarida, assim como encontrar soluções para o Bloco Habitacional em Malpique junto à sede do Rancho de Malpique com 6 apartamentos sendo apenas um habitado e ainda a criação de uma Área de reabilitação Urbana com vista a incentivar a reabilitação dos edifícios devolutos cujo número na sede de freguesia atinge cerca de 40 fogos.-----

Preocupante é também e passo a citar o documento em análise:-----

A falta de arrendamento a preços razoáveis, num contexto financeiro em que a aquisição de habitação não está ao alcance da generalidade dos cidadãos, compromete a economia no concelho e agrava a fatura social. É o problema fulcral da habitação em Constância---

E mais à frente:-----

*Um raciocínio estratégico acerca de Constância não pode ignorar a importância da oferta de alojamentos e não é económico, nem racional, a qualquer luz, **aceitar o comprometimento desta oferta**, porque fazê-lo significa retirar mais-valias fundamentais à economia do concelho e diminuir a sua competitividade*-----

e ainda

A carência na oferta de alojamentos tem por consequência a dificuldade de o concelho albergar estudantes, trabalhadores, técnicos e mesmo técnicos superiores.-----

Concorda-se pois quando o documento aponta para a construção de habitação para aumentar a oferta de arrendamentos não sociais abaixo dos preços inflacionados do mercado, procurando alavancar um ciclo de crescimento nos arrendamentos.-----

Concorda-se ainda com a necessidade de construção de um novo empreendimento não social, em terreno propriedade municipal, por forma a dar resposta a uma eventual procura de arrendamento por parte de famílias mas os eleitos da CDU vão mais além propondo a construção de um novo empreendimento não social em terreno propriedade municipal em Santa Margarida para venda a custos compatíveis com a disponibilidade financeira das famílias estudando a possibilidade da figura da renda resolúvel.-----

Por último,

Tratando-se da ELH de Constância de um documento sempre aberto a atualizações sugere-se que a câmara municipal se empenhe no aproveitamento as verbas destinadas à construção de habitações que estão previstas no Programa de Recuperação e Resiliência e seja um agente pro ativo junto das instâncias governamentais exigindo instrumentos financeiros e legislativos que promovam que a oferta pública de habitação condigna para todos e de acordo com o rendimento disponível das famílias.-----

Constância, 25 de fevereiro de 2022

Os eleitos da CDU – Coligação Democrática Unitária”-----